

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 253 p.

Valdemir Bueno CAMARGO*

A Política do Brasil: lúmpen e místico é o mais recente livro de José de Souza Martins, lançado durante a realização da ANPHU-2011, em julho, na Universidade de São Paulo. Trata-se de uma obra que procura abordar o desenvolvimento da sociedade brasileira por intermédio da questão agrária, considerada pelo autor como o eixo nevrálgico daquilo que somos enquanto nação.

Martins realiza uma abordagem da problemática social e política do Brasil pela via dos arranjos sociopolíticos entre os interesses conservadores das oligarquias agrárias e a necessidade de modernização econômica do país, desde seus primórdios, enquanto sociedade inserida na ordem capitalista global, naquilo que ele denomina modernização conservadora e que resultou no desenvolvimento de uma sociedade de tempo lento.

Com isso, quer-se demonstrar que, no Brasil, os avanços econômico-sociais só ocorrem mediante um acordo com os setores sociais mais tradicionais, alojados no poder e que dele não são destituídos, e os setores sociais que demandam mudanças, levando a uma modernização nas relações político-sociais que, contudo, não passa de uma transformação superficial, a qual não elimina, pela ruptura, as bases do poder patrimonialista do latifúndio, estabelecido pela renda fundiária.

Martins tece uma crítica àqueles que crêem ser a questão agrária um assunto circunscrito aos interesses e conflitos do trabalhador rural sem terra e o latifúndio, por não perceberem sua real dimensão, que se interpenetra em todos os meandros da sociedade brasileira, inclusive do Brasil urbano. Critica, ainda, os que enxergam a questão agrária e sua solução como mero embate entre a grande propriedade rural, erroneamente denominada genericamente de latifúndio, e os interesses dos pequenos produtores rurais familiares, dos trabalhadores rurais sem terra e da mão de obra excedente que migrou do campo para constituir as massas urbanas. Isso porque considera um erro não se promover a diferenciação entre empresa rural de exploração econômica viável e aquilo que de fato vem a ser o uso do poder patrimonial e rentista da terra, ou seja, o latifúndio.

Essa intrincada rede de relações sociais, interesses econômicos e políticos forma uma identidade nacional anômala, pois trata-se de um contexto nacional que se moderniza sem deixar de ser arcaico, ou mesmo de uma sociedade que se torna pós-moderna sem ter sido de fato moderna. FERNANDES, Florestan. A concretização da revolução burguesa. In IANNI, Otávio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia e crítica militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 425-450 explorou o tema da modernização conservadora, e o próprio Martins, em MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008, traz para o espaço de discussão a questão de nossa identidade anômala, sendo este, portanto, um tema recorrente na sociologia brasileira.

A política do Brasil: lúmpen e místico é dividido em capítulos, que se subdividem em textos que abordam esta temática, destacando-se os mecanismos empregados pelas elites oligárquicas para se manterem no poder ou dele continuarem usufruindo.

Martins traça um panorama bastante contundente da realidade brasileira, principalmente porque coloca em questão o discurso e a práxis dos partidos e grupos políticos que se dizem de esquerda ou revolucionários, mas que, por não terem noção da real dimensão da questão social e política do nosso país, acabam enredados pelo jogo de forças de nossa sociabilidade, comandada pelo conservadorismo clientelista.

Desde a substituição da escravidão do indígena e do mestiço pela força de trabalho africana e as relações de dependência que se estabelecem com os indígenas e os mestiços, transformados em *moradores*, as oligarquias estabelecem no poder regional sua base de sustentação política. A exploração da mão de obra, mantida sob a condição de coação pela violência física aberta e pela violência simbólica, está no cerne desse poder até os dias atuais, não fazendo sentido tentar diferenciar o urbano do rural. Com a urbanização, estas formas de relação se mantiveram sob nova fachada, embora sobre as mesmas bases. Martins salienta que a introdução de relações de trabalho assalariado não eliminou a relação de dependência dos *moradores* de favor, que continuaram sendo força auxiliar da produção, e, por outro lado, aprofundou o processo de exclusão e marginalização do negro, uma vez que não foi precedida por uma reforma agrária que concedesse aos mesmos o direito a terra.

Portanto, seriam estas, de acordo com nosso entendimento, as bases da formação daquilo que Martins considera a sociedade brasileira e que nunca chegou a ser uma sociedade civil plena, sendo a cidadania muito mais uma alegoria fantasiosa, criada por um pensar colonizado, baseado em teorias europeias, que nada têm a ver com a realidade brasileira, que necessita, desse modo, de uma base epistemológica própria, que seja capaz de entendê-la e explicá-la.

Outro aspecto desse livro é a análise que o autor faz do surgimento da reforma agrária enquanto problema social. A partir da formação das Ligas Camponesas no Nordeste, na década de 1950, com uma revolta de trabalhadores rurais que viviam sob a condição de *moradores*, tutelados pelos interesses dos grandes proprietários rurais, ocorre a tentativa, que não prosperou, de envolvimento do Partido Comunista com a questão agrária, fazendo despertar o interesse da Igreja Católica pelo tema da terra. Seria este, de acordo com Martins, o fio condutor para se entender o que é, o que não foi e o que poderia ter sido a reforma agrária no Brasil.

A visão da Igreja Católica era de que a extrema pobreza do trabalhador rural nordestino não era consequência das relações capitalistas anômalas, próprias do nosso modelo social, pautadas na superexploração do trabalho e no uso do poder rentista da terra. Era motivada pela ausência ou insuficiência de capitalismo no campo brasileiro, o que iria, de acordo com Martins, pautar seu envolvimento com a questão agrária brasileira, até meados da década de 1970, justificando-se até seu apoio aos militares golpistas de 1964, cuja visão também era a de que o Brasil não devia rever a questão da propriedade da terra, mas sim promover um choque de modernização no campo, como modelo e reforma agrária.

O fortalecimento do poder central, proposto pelo movimento militar, contra o regionalismo oligárquico também foi um elemento aglutinador de interesses com a Igreja. Martins destaca que este processo vinha se dando desde a Era Vargas, quando o Cardeal Leme foi eleito primaz do Brasil, a sede do episcopado nacional passou a ser a capital Rio de Janeiro, e Juarez Távora foi nomeado interventor no Nordeste, colocando os coronéis nordestinos sob a tutela de Vargas.

O rompimento da Igreja com os militares tem início em 1968, porém se consolida por volta de 1975. Nos primeiros anos da década de 1970, os militares colocam em prática seu projeto de reforma agrária, que consiste basicamente em aliviar as tensões no campo realizando assentamentos rurais em áreas da Amazônia, por meio da doação de terras. Ao mesmo tempo em que se promove uma radical política agrária de capitalização do campo, com incentivos fiscais e financiamentos para que grandes empresas, inclusive multinacionais, se estabeleçam nas novas fronteiras agrícolas.

Frente à tragédia que se sucede, a Igreja Católica passa a encarar seu papel na questão agrária como o da defesa do direito à terra e ao trabalho, pois o choque entre os posseiros, que já estavam estabelecidos na região, os indígenas e os projetos de colonização e reforma agrária do governo começa a produzir um alto nível de violência aberta que, de acordo com Martins, não deixa dúvidas de que o poder oligárquico havia se organizado em novas bases e sobrevivido ao centralismo militar.

O trabalho missionário da Igreja junto aos posseiros e indígenas da Amazônia faz surgir a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ao mesmo tempo em que as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) realizam o trabalho missionário nas periferias urbanas. Apesar dessa mudança de postura da Igreja frente à problemática social da terra, Martins deixa claro, em diversos momentos, que não houve uma mudança real da Igreja na concepção de hierarquia de poder ou na forma de encarar a questão da propriedade privada.

O fato é que, a partir de 1964, a expulsão do homem do campo se acelera, produzindo milhões de excluídos sociais que irão formar um contingente rural e urbano que de certo modo iria determinar o futuro político da América Latina. Os atuais governos latino-americanos são constituídos por partidos políticos que se constituíram de membros representativos dessas massas urbanas e rurais ou que se identificaram com os movimentos sociais que representaram as causas das mesmas.

Martins cita uma conversa que teve com João Pedro Stédile, em 1982, na qual Stédile se refere a essas massas como *lumpen* e teria afirmado que quem conseguisse organizá-las mudaria o país, apontando para o imenso potencial político dessa população, mas contrariando a orientação doutrinária das esquerdas, que sempre classificaram essas massas como ideologicamente reacionárias. No entanto, na fala de Stédile havia a sugestão de alinhamento entre a população *lumpen* e a classe operária numa categoria mais geral, que seria a chamada classe trabalhadora, referência ideológica do recém-criado Partido dos Trabalhadores e que, dois anos mais tarde, faria surgir o MST (Movimento dos Sem Terra).

Passado o período militar, após a transição lenta, segura e gradual, Lula desponta como possibilidade de liderança moldada para representar as massas oprimidas e excluídas, sem ameaçar o pacto conservador com as elites. Por que Lula seria encarado dessa maneira? Para Martins, Lula apresenta uma trajetória política de origem sindical e católica, moldada pelo princípio da negociação e, portanto, no reconhecimento do direito do outro, e ainda na moral conservadora cristã, que nunca deixou de defender o direito à propriedade privada. O governo Lula, segundo o autor, é mais conservador do que o de Fernando Henrique Cardoso, pois ao contrário do governo que o antecedeu, aprofundou o pacto conservador com as alianças políticas que fez para governar, além do paternalismo de Estado com os programas sociais de seu governo, dentre os quais se destaca o Bolsa Família. O escândalo do mensalão foi

a demonstração desse pacto entre Lula e os poderes oligárquicos e clientelistas do regionalismo brasileiro, o que quase acabou com o seu governo, mas que terminou por resultar na consolidação do Lulismo, e em reeleição, apesar do encolhimento nacional do Partido dos Trabalhadores no pleito de 2006. A eleição de Dilma Rouseff, em 2010, seria a prova disso.

Por não fazer a ruptura que se esperava, Lula frustra mais uma vez a possibilidade de modernização da sociedade brasileira. Esta esperança não se baseava em fatos reais, mas em aspectos místicos, porque se pautava, mais uma vez, na exigência da presença de um líder messiânico que conduzisse os oprimidos ao melhor dos mundos, e não na realidade histórica, na qual as conquistas se dão no campo da luta, do real histórico e concreto.

Nesse sentido, conclui-se que no pacto feito entre Fernando Henrique Cardoso e as elites internacionais do neoliberalismo existiria uma possibilidade mais concreta de avanço real da cidadania, uma vez que tal aliança poderia de fato limitar o poder de ação das elites nacionais, de cunho oligárquico e conservador. Entretanto, teria faltado ao outro partido da social-democracia brasileira e sobrado ao Partido dos Trabalhadores, sobretudo a Lula, a visão de conjunto, a compreensão da importância dos movimentos sociais liderados pela Igreja e do *lumpen* na decisão dos pleitos eleitorais.

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade de São Paulo – USP – Brasil.